

Arquitetura tradicional afro-brasileira na Amazônia: pesquisa e extensão na Região Norte

Felipe Ibiapina

Docente UFPI | ibiapinafelipe@gmail.com

Cauê Vontobel

Discente UFRR | cauevontobel14@gmail.com

EIXO TEMÁTICO: (2) Ensino e Práticas Extensionistas

Resumo: Neste artigo apresenta-se o recorte da experiência do Grupo de Pesquisa em Arquitetura e Cidade (GPAC), cadastrado no CNPq e vinculado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima (DAU/UFRR), enfocando as atividades de pesquisa e extensão desenvolvidas no biênio 2024 e 2025, cujo objeto central foi a arquitetura dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia Setentrional, notadamente dos terreiros de candomblé. Considerando que o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está em fase de revisão e que a versão vigente, de 2017, não contempla a curricularização da extensão, o artigo discute as contribuições teóricas e metodológicas advindas dessas pesquisas e ações extensionistas, no âmbito da Arquitetura Vernacular/Popular/Tradicional, e suas ressonâncias no ensino. Parte-se do pressuposto de que a matriz curricular adere a epistemologias ancoradas no cânone ocidental, analisando-se como os achados empíricos podem contribuir para a formação discente, estimulando o desenvolvimento de habilidades e competências capazes de dialogar com a diversidade de cosmovisões presentes no contexto brasileiro. O trabalho aborda ainda o estudo preliminar para uma sede da Federação dos Terreiros, a partir de um partido arquitetônico e paisagístico que integrou a experiência do sagrado à conservação de um igarapé, em oposição a práticas preservacionistas ortodoxas baseadas em demarcações inertes. Assim, aponta-se que a produção do espaço nos terreiros de candomblé configura uma síntese ecológica própria da relação entre o candomblecista e o território, fundada na intersecção entre espaço construído e natureza.

Palavras-chave: Arquitetura Tradicional; Comunidades Indígenas; Comunidades de Terreiro; Práticas extensionistas;

AFRO-BRAZILIAN TRADITIONAL ARCHITECTURE IN THE AMAZON: RESEARCH AND EXTENSION IN NORTHERN BRAZIL

Abstract: This article presents a slice of experience of the Research Group on Architecture and City (GPAC), registered with CNPq and affiliated with the Department of Architecture and Urbanism at the Federal University of Roraima (DAU/UFRR). It focuses on the research and extension activities carried out in the 2024–2025 biennium, whose central object was the architecture of traditional peoples and communities of the Northern Amazon, notably Candomblé terreiros. Considering that the Course Pedagogical Project (PPC) is currently under revision and that the 2017 version does not include the curricularization of extension, the article discusses the theoretical and methodological contributions arising from these research and outreach actions within the field of Vernacular/Popular/Traditional Architecture, and their implications for teaching. It is based on the assumption that the curriculum is grounded in epistemologies anchored in the Western canon, analyzing how empirical findings may contribute to student education by fostering the development of skills and competencies capable of engaging with the diversity of worldviews present in the Brazilian context. The paper also addresses a preliminary study for the headquarters of the Federation of Terreiros, based on an architectural and landscape design concept that integrates the experience of the sacred with the conservation of an *igarapé* (Amazonian stream), in contrast to orthodox preservationist practices based on inert demarcations. Thus, it is argued that spatial production in Candomblé terreiros constitutes a distinct ecological synthesis of the relationship between practitioners and territory, grounded in the intersection between built space and nature.

Keywords: Traditional Architecture; Indigenous Communities; Terreiro Communities; Extension Practices;

ARQUITECTURA TRADICIONAL AFROBRASILEÑA EN LA AMAZONÍA: INVESTIGACIÓN Y EXTENSIÓN EN LA REGIÓN NORTE

Resumen: Este artículo presenta un recorte de la experiencia del Grupo de Investigación en Arquitectura y Ciudad (GPAC), registrado en el CNPq y vinculado al Departamento de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Federal de Roraima (DAU/UFRR), enfocando las actividades de investigación y extensión desarrolladas en el bienio 2024–2025, cuyo objeto central fue la arquitectura de los pueblos y comunidades tradicionales de la Amazonía Septentrional, especialmente de los terreiros de candomblé. Considerando que el Proyecto Pedagógico del Curso (PPC) se encuentra en proceso de revisión y que la versión vigente, de 2017, no contempla la curricularización de la extensión, el artículo discute las contribuciones teóricas y metodológicas derivadas de estas investigaciones y acciones extensionistas, en el ámbito de la Arquitectura Vernácula/Popular/Tradicional, y sus repercusiones en la enseñanza. Se parte del supuesto de que la matriz curricular se adhiere a epistemologías ancladas en el canon occidental, analizándose cómo los hallazgos empíricos pueden contribuir a la formación del estudiantado, fomentando el desarrollo de habilidades y competencias capaces de dialogar con la diversidad de cosmovisiones presentes en el contexto brasileño. El trabajo aborda además el estudio preliminar para una sede de la Federación de Terreiros, a partir de un partido arquitectónico y paisajístico que integró la experiencia de lo sagrado con la conservación de un *igarapé*, en oposición a prácticas preservacionistas ortodoxas basadas en demarcaciones inertes. Así, se señala que la producción del espacio en los terreiros de candomblé configura una síntesis ecológica propia de la relación entre el practicante del candomblé y el territorio, fundada en la intersección entre el espacio construido y la naturaleza.

Palabras clave: Arquitectura Tradicional; Comunidades Indígenas; Comunidades de Terreiro; Prácticas Extensionistas;

1. INTRODUÇÃO

O Grupo de Pesquisa em Arquitetura e Cidade (GPAC), vinculado ao Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Roraima (DAU/UFRR) e registrado no Diretório de Grupos De Pesquisa do CNPq, foi criado com o propósito de contribuir para o fortalecimento do campo teórico da Arquitetura e do Urbanismo, especialmente por meio do desenvolvimento de pesquisas voltadas aos estudos das arquiteturas de povos e comunidades tradicionais da Amazônia Setentrional e suas relações com a produção do território sob uma perspectiva interdisciplinar. Suas atividades são desenvolvidas no Laboratório de Estudos em Arquitetura e Cidade (LEAC), onde se articulam ações de pesquisa, extensão e formação acadêmica voltadas ao aprofundamento das dinâmicas socioespaciais que conformam as territorialidades presentes na região.

Nesse cenário, torna-se imprescindível compreender também o contexto institucional em que essas ações se inserem. No ano de 2006 foi criado o Departamento de Arquitetura e Urbanismo (DAU) integrado ao Centro de Ciências e Tecnologia (CCT) da Universidade Federal de Roraima (UFRR). O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) em vigência - em processo de revisão -, data de 2017, e nele se observam fragilidades na abordagem de conteúdos relacionados à arquitetura vernacular e às práticas construtivas de comunidades tradicionais, constituindo uma matriz curricular fortemente ancorada em epistemologias do cânone ocidental, a exemplo da disciplina de “Arquitetura Brasileira”, cuja ementa é constituída sob a égide histórica da colonização, sendo os estilos arquitetônicos sistematizados a partir dos ciclos econômicos do açúcar, do ouro, do café e da borracha, não abrangendo estudos voltados aos povos e comunidades tradicionais.

Tal lacuna se mostra especialmente relevante no contexto roraimense: segundo o Censo 2022 do IBGE, a população indígena em Roraima representa cerca de 15% do total de habitantes do estado, configurando-o como aquele com a maior proporção de indígenas do Brasil. Além disso, o próprio PPC reconhece a importância da produção arquitetônica dessas comunidades na construção e manutenção da identidade local, ao afirmar que “as arquiteturas indígenas vernaculares existentes na região de Roraima e as modernas tecnologias sustentáveis devem ser levadas em consideração na construção de uma identidade arquitetônica local com a utilização dos recursos naturais disponíveis” (UFRR, 2017, p. 11), o que reforça a necessidade de uma maior integração desses saberes e práticas na grade curricular do curso:

Portanto, é objetivo deste artigo discutir sobre as contribuições teóricas e metodológicas advindas das pesquisas e ações extensionistas desenvolvidas pelo grupo em comento, no âmbito temático da Arquitetura Vernacular/Popular/Tradicional e suas ressonâncias sobre o ensino de arquitetura.

Considerando a relevância cultural das comunidades tradicionais na formação das cidades e na constituição da identidade brasileira, destaca-se aqui as comunidades de terreiro, compreendidas como “um polo de elaboração e processamento cultural” que “reúne e transmite os conhecimentos da cultura religiosa por excelência” (Lody, 2006, p. 74). A presença de religiões de matriz africana, em suas múltiplas expressões – como Candomblé, Umbanda, Jurema e Terecô –, refletem a heterogeneidade cultural de Boa Vista e de Roraima, resultado, em grande medida, das trajetórias migratórias e das interações estabelecidas entre praticantes oriundos de diferentes estados brasileiros, especialmente Amazonas, Pará e Maranhão (Oliveira et al., 2020).

Rios (2014) observa que em meados do século XX, já havia um movimento histórico de circulação interna entre Bahia, Rio de Janeiro, Pernambuco e outros estados, evidenciando que o campo afro-brasileiro sempre se reconfigurou por meio de mobilidade. Esses deslocamentos envolveram viagens de pais e mães de santo em busca de fundamentos, trajetórias migratórias motivadas por trabalho e redes familiares, além da fundação de novas casas em diferentes regiões, o que produziu contínuas recombinações rituais e reorganizações locais do culto. Assim, a expansão das religiões de matriz africana no território brasileiro não pode ser compreendida sem considerar a circulação constante de pessoas, saberes, objetos e performances que, ao se deslocarem, transformam e recriam as tradições conforme se inserem em novos contextos geográficos e sociais.

4

À luz desse contexto, observa-se que a inserção das comunidades de terreiro no espaço urbano de Boa Vista evidencia uma tensão permanente entre reconhecimento cultural e invisibilidade institucional. Constituindo territórios tradicionais, dotados de práticas, simbolismos e formas próprias de organização, esses espaços raramente são contemplados pelas políticas urbanas ou pelas normativas municipais relativas ao uso e ocupação do solo.

Essa ausência de enquadramento adequado repercute diretamente na forma como esses territórios se estabelecem na cidade: seja pela falta de regulamentação específica para atividades religiosas de matriz africana, seja pelas dificuldades enfrentadas em processos de licenciamento, infraestrutura ou regularização fundiária. Ao mesmo tempo, tais comunidades desempenham um papel fundamental no tecido urbano, configurando redes de sociabilidade, apoio comunitário e circulação de saberes que extrapolam os limites físicos dos terreiros.

No campo acadêmico, essa realidade evidencia a necessidade de ampliar as abordagens que articulam arquitetura, urbanismo e estudos culturais, especialmente em contextos amazônicos e fronteiriços como o de Roraima. A insuficiente presença desse debate no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) de Arquitetura e Urbanismo reforça a importância de iniciativas que aproximem ensino, pesquisa e comunidade.

É nesse cenário que as ações desenvolvidas pelo LEAC – Laboratório de Estudos em Arquitetura e Cidade – se inserem. As pesquisas, atividades de campo e projetos de extensão voltados às comunidades tradicionais, como as de terreiro, buscam não apenas registrar e analisar suas territorialidades, mas também propor caminhos para o reconhecimento desses espaços no planejamento urbano, contribuindo para a formação de profissionais sensíveis às diversidades culturais que compõem a cidade.

Nas próximas seções será apresentado um apanhado dos trabalhos desenvolvidos no Laboratório de Estudos em Arquitetura e Cidade (LEAC) – ambiente que abriga as atividades do Grupo de Pesquisa em Arquitetura e Cidade (GPAC).

2. PESQUISA NO LEAC

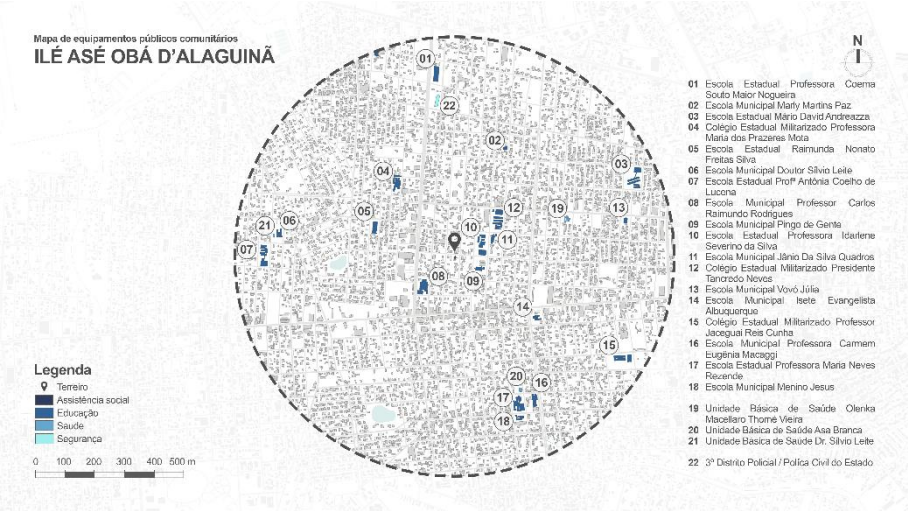
No biênio 2024-2025, o LEAC vem desenvolvendo o projeto de pesquisa “Uma leitura dos terreiros de Boa Vista-RR: aspectos arquitetônicos e territoriais”, que reúne investigações que analisam os terreiros de umbanda e candomblé da cidade à luz da Arquitetura e do Urbanismo, evidenciando a produção arquitetônica dessas comunidades, seu patrimônio material e imaterial e sua inserção territorial, com especial atenção à garantia do Direito à Cidade. A partir deste projeto, surgiram desdobramentos relevantes, com as pesquisas de Iniciação Científica “Análise territorial dos terreiros de Boa Vista-RR em face do Direito à Cidade” e “Territorialidades afro-brasileiras na cidade de Boa Vista-RR: uma análise do 'Àbasá N'gola Tàtá Bòkùlè”, atualmente em desenvolvimento.

Através da pesquisa “Análise territorial dos terreiros de Boa Vista-RR em face do Direito à Cidade”, desenvolvida entre 2024 e 2025, analisou-se a inserção de cinco terreiros de umbanda e candomblé em Boa Vista/RR no tecido urbano, contemplando condições de infraestrutura – como distâncias e acesso a equipamentos públicos e comunitários, condições de caminhabilidade, mobilidade urbana, arborização, etc. –, tecendo também um diálogo entre os territórios tradicionais de terreiro com as políticas públicas urbanas em vigência no município, com o objetivo de evidenciar de que modo as desigualdades socioespaciais se articulam diretamente com processos de apagamento e invisibilização de práticas culturais que tensionam paradigmas eurocêntricos de produção do espaço urbano.

Para tal análise, adotou-se uma metodologia que iniciou a partir de levantamentos bibliográficos e documentais, seguidos da elaboração de mapas temáticos (Figura 1), os quais possibilitaram uma leitura espacial aprofundada do entorno dos cinco terreiros estudados. Em seguida, procedeu-se à construção de esquemas de locação dos terreiros em relação aos lotes e, por fim, sistematizações dos achados em tabelas comparativas (Figura 2) – reunindo dados como distâncias a equipamentos públicos

comunitários e de quantitativos relacionados à taxa de ocupação do solo e área construída em desacordo com parâmetros urbanísticos vigentes.

Figura 1: Mapa de equipamentos públicos comunitários no entorno de terreiro em Boa Vista/RR



Fonte: os autores, 2024-2025.

Figura 2: Acesso à infraestrutura urbana de terreiro em Boa Vista/RR

ACESSO À INFRAESTRUTURA URBANA – ILÉ ASÉ OBÁ D'ALAGUINÃ			
EQUIPAMENTOS		DISTÂNCIA CAMINHÁVEL RECOMENDADA MCID (máx.)	DISTÂNCIA CAMINHÁVEL NA REALIDADE
DE EDUCAÇÃO	Escola infantil	1 km	200 m
	Escola de ensino fundamental I	1,5 km	200 m
	Escola de ensino fundamental II	1,5 km	240 m
DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL	Unidade Básica de Saúde (UBS)	2,5 km	1,6 km
	Centro de Referência de Assistência Social (CRAS)	2 km	2,7 km
DE USO COTIDIANO	Padaria	1 km	520 m
	Farmácia	1 km	580 m
DE USO EVENTUAL	Delegacia	1,5 km	1,4 km
	Supermercado	1,5 km	310 m

Fonte: os autores, 2024-2025.

A pesquisa desenvolvida possibilitou a identificação de problemáticas relevantes, sobretudo no que se refere à distância dos terreiros em relação a equipamentos públicos de segurança – em geral situada além dos limites recomendados –, o que se torna especialmente crítico diante do histórico recorrente de violência enfrentado por essas comunidades. Evidenciaram-se, ainda, condições precárias de caminhabilidade, decorrentes tanto da inexistência de calçamento acessível quanto da insuficiência de arborização urbana. Soma-se a isso a inadequação dos parâmetros de afastamento urbanístico vigentes, que desconsideram tipologias construtivas dissociadas do cânone ocidental e não contemplam as necessidades espaciais e culturais específicas dessa população.

3. EXTENSÃO NO LEAC

Para mais, as atividades desenvolvidas pelo laboratório têm buscado fortalecer o diálogo entre a universidade e as comunidades tradicionais, especialmente aquelas vinculadas às religiões de matriz africana, por meio de ações que articulam ensino, pesquisa e ações diretas no território. Entre essas iniciativas, destacam-se práticas extensionistas como a do estudo preliminar das sedes de terreiros, com o intento de reconhecer e valorizar saberes construtivos e espacialidades fundamentadas na cosmologia afro-brasileira; e o desenvolvimento de maquetes de arquiteturas tradicionais, atividade que ampliou a compreensão interdisciplinar sobre materialidades, territorialidades e modos de vida, ao mesmo tempo em que se articulou ao projeto ‘Biomass da Amazônia’, aproximando a universidade da educação básica e promoveu a circulação de saberes entre diferentes contextos formativos.

A seguir, serão apresentadas, individualmente, as práticas extensionistas desenvolvidas ao longo da atuação do grupo de pesquisa.

3.1 EXTENSÃO “ARQUITETURA BRASILEIRA: APRESENTAÇÃO DOS PARTIDOS ARQUITETÔNICOS PRODUZIDOS PELAS COMUNIDADES TRADICIONAIS”

A extensão “Arquitetura brasileira: apresentação dos partidos arquitetônicos produzidos pelas comunidades tradicionais”, realizada ao longo do ano de 2024, envolveu estudantes de Arquitetura e Urbanismo matriculados à época na disciplina de Arquitetura Brasileira. O projeto configurou-se como uma estratégia de ensino-aprendizagem voltada à ampliação de repertórios, ao reconhecimento das produções arquitetônicas de comunidades tradicionais e à promoção de uma formação ética, crítica e inclusiva para futuros arquitetos.

Como procedimentos metodológicos, adotou-se inicialmente a pesquisa bibliográfica, fundamentada em estudos de caso sobre diferentes arquiteturas tradicionais. A partir da compreensão da espacialização dessas produções — edificadas conforme modos de vida, cosmovisões e relações específicas com o ambiente — foi possível desenvolver maquetes físicas representativas desses espaços.

Foram levantados materiais referentes às seguintes comunidades: indígena do Xingu, indígena Yanomami, ribeirinha amazônica, quilombola Bantu e de terreiro em São Félix (Bahia). Esse levantamento visou não apenas compreender as formas de construção e organização espacial adotadas por cada grupo, mas também socializar esse conhecimento por meio da divulgação dos trabalhos e de resumos informativos nas redes sociais do LEAC.

A primeira maquete apresentada refere-se à comunidade Yawalapiti, no Alto Xingu. Trata-se de um assentamento de configuração circular (radial), no qual as habitações — de formas ovaladas, circulares ou quadradas — distribuem-se na periferia, enquanto os espaços de socialização e ritualística concentram-se no centro. As casas possuem

planta livre, sem divisões internas materiais, funcionando como unidades econômicas independentes que abrigam diferentes núcleos familiares. Essa leitura inicial da organização espacial Yawalapiti fundamenta a compreensão das demais comunidades estudadas nos parágrafos seguintes, permitindo estabelecer relações e contrastes entre diferentes modos tradicionais de produzir o espaço (Gutierre; Ibiapina; Santos; Silva, 2024)

Figura 3: Maquete física – Comunidade indígena Yawalapiti



Fonte: Gutierre; Silva; Santos apud GPAC, 2024. A

Os Yanonami habitam uma região localizada entre a Amazônia brasileira e a venezuelana, e suas habitações, também conhecidas como yãnos ou shabonos, são, além de abrigos, reflexos materiais de sua identidade cultural e práticas sustentáveis. O material extraído do meio em que habitam é reutilizado na edificação, que exerce a função de abrigo sem se separar da natureza, evidenciando a sua profunda relação com o ambiente (Brilhante; Brito; Ibiapina; Nascimento, 2024).

8

Figura 4: Maquete física – Comunidade indígena Yanomami



Fonte: Brilhante; Brito; Nascimento apud GPAC, 2024. B

No estudo da arquitetura ribeirinha, levou-se em consideração a produção de diferentes comunidades amazenses, reunindo assim características em comum entre elas. Estas, que se inserem próximas a cursos d'água e vivem do extrativismo, possuem

edificações ou que se sobressaem à água, como é o caso das palafitas, ou que flutuam na mesma (Caliari; Ibiapina; Queiroz, 2024).

Figura 5: Maquete física – Comunidade ribeirinha



Fonte: Caliari; Queiroz apud GPAC, 2024. C

No estudo das produções arquitetônicas de comunidades quilombolas, adotou-se como recorte o Quilombo dos povos Bantos em Palmares, surgido como refúgio para escravizados em busca de liberdade, constituindo espaços não apenas de abrigo, mas também de resistência, preservação e renovação cultural. Ademais, observou-se que, em função de sua inserção em contextos climáticos e regionais similares – e das exigências de adaptação ambiental daí decorrentes – verificam-se convergências tipológicas entre edificações quilombolas e determinadas construções de comunidades indígenas. Tais similaridades incluem o emprego da taipa como sistema de vedação vertical, bem como coberturas estruturadas em madeira, com fechamento em palha ou aproveitamento de prolongamentos arbóreos (Ibiapina; Neves; Rocha, 2024).

9

Figura 6: Maquete física – Comunidade quilombola



Fonte: Neves; Rocha apud GPAC, 2024. D

Para a elaboração da maquete física de uma edificação representativa das comunidades de terreiro, a última dentre as cinco desenvolvidas durante a extensão, tomou-se como referência o Ilê Axé Ogumjá, Terreiro de Candomblé localizado no município de São Félix, Bahia.

O terreiro está inserido em área urbanizada e configura-se como uma edificação autoconstruída, resultante de um processo contínuo de mutabilidade espacial que caracteriza as formas de produção e organização do espaço próprias dessas comunidades – evidenciado, sobretudo, pelos populares “puxadinhos”, isto é,

ampliações e adaptações estruturais que respondem às demandas espirituais e sociais do grupo. Originalmente concebido como um edifício unicamente habitacional, o espaço passou a assumir também a função de templo a partir do plantio do Axé, representado pelo Iroco (Gameleira Branca), elemento que institui a sacralidade e redefine a natureza do lugar (Guerreiro; Ibiapina; Santos; Vontobel, 2024).

Figura 7: Maquete física – Comunidade de terreiro



Fonte: Santos; Vontobel; Guerreiro apud GPAC, 2024. E

Observou-se, ainda, uma clara distinção entre espaços sagrados/privativos e espaços de acesso público, distinção esta orientada fundamentalmente pela cosmologia da comunidade. Entre os ambientes de acesso restrito destacam-se os quartos de santo, onde se localizam os pepelês – estruturas destinadas a abrigar os assentamentos dos Orixás –, cuja entrada é limitada mesmo entre os próprios adeptos. Já o barracão (Figura 8), ambiente central destinado à realização das danças, toques e demais rituais públicos do culto, apresenta maior flexibilidade: dependendo da ocasião e do calendário litúrgico, pode funcionar como espaço aberto à comunidade ampliada ou, em determinadas cerimônias, tornar-se um ambiente de circulação restrita (Guerreiro; Ibiapina; Santos; Vontobel, 2024).

10

Figura 8: Maquete física – Comunidade de terreiro



Fonte: Santos; Vontobel; Guerreiro apud GPAC, 2024. E

Ressalta-se a preocupação, ao longo do processo de construção não apenas das maquetes físicas da comunidade de terreiro, mas de todas as representações tradicionais elaboradas durante a atividade, com a utilização de materiais recicláveis e sustentáveis, tais como papelão, bucha vegetal, palitos de picolé, papéis, fibras naturais e palha, entre outros. Essa escolha dialoga diretamente com a visão de sustentabilidade

e com a relação profunda e respeitosa com a natureza que caracteriza essas comunidades, ao priorizar o uso de materiais que não agredem o meio no qual estão inseridas.

Dessa forma, a partir dos levantamentos bibliográficos e da produção de maquetes físicas de diferentes comunidades tradicionais, constatou-se, a partir da extensão, a relevância de estudar, compreender e valorizar suas arquiteturas, que constituem repertórios fundamentais para a produção de conhecimento no campo da sustentabilidade. Essas arquiteturas, ao expressarem uma relação intrínseca e simbiótica entre construção e natureza, oferecem não apenas referenciais técnicos e simbólicos, mas também caminhos pedagógicos para a formulação de práticas projetuais e políticas urbanas mais sensíveis, que contribuam para o enfrentamento das mudanças climáticas.

3.2 DESPERTANDO O BIOMA AMAZÔNICO PELOS CINCO SENTIDOS: EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Em 2025, o LEAC foi convidado a integrar a extensão “Despertando o Bioma Amazônico pelos Cinco Sentidos: Educação Socioambiental no Ensino Fundamental e Médio”, iniciativa interdisciplinar que reuniu diferentes cursos — incluindo Arquitetura e Urbanismo — em ações de aproximação entre a Universidade Federal de Roraima e a comunidade, com foco na educação socioambiental e na promoção de práticas sustentáveis.

Nesse contexto, parte dos produtos desenvolvidos na extensão “Arquitetura brasileira: apresentação dos partidos arquitetônicos produzidos pelas comunidades tradicionais” foi incorporada às atividades, com destaque para as maquetes físicas de comunidades indígenas, as quais evidenciam formas de habitar marcadas por relações estreitas com a natureza. Durante a socialização com a comunidade, tais materiais permitiram enfatizar que a sustentabilidade não se limita ao emprego de dispositivos tecnológicos avançados, mas também envolve a valorização de saberes tradicionais que demonstram modos construtivos pautados pelo respeito ao meio ambiente.

Figura 9: Participação do LEAC na extensão “Despertando o Bioma Amazônico pelos Cinco Sentidos: Educação Socioambiental no Ensino Fundamental e Médio”



Fonte: os autores, 2025.

A utilização das volumetrias físicas produzidas a partir das arquiteturas das comunidades tradicionais mostrou-se fundamental na exposição dessa temática, despertando significativo interesse entre os participantes, que se aproximavam, formulavam perguntas, expressavam curiosidade e exploravam a textura dos materiais empregados na construção dos modelos. Esse engajamento evidenciou o potencial das maquetes físicas como recurso metodológico de mediação, capazes de facilitar a compreensão espacial, promover a interação sensorial e fortalecer a exposição de conteúdos relacionados à sustentabilidade, territorialidade e saberes tradicionais.

12

3.3 EXTENSÃO “ESTUDO PRELIMINAR PARA A SEDE DA FEDERAÇÃO DE UMBANDA, CULTOS AFRO-RELIGIOSOS E AMERÍNDIOS DO ESTADO DE RORAIMA - FUCABERR NO BAIRRO SANTA CECÍLIA, CANTÁ – RR”

Com ênfase voltada particularmente às comunidades tradicionais de terreiro, em 2025 o LEAC realizou a extensão “Estudo Preliminar para a sede da Federação de Umbanda, Cultos Afro-religiosos e Ameríndios do Estado de Roraima - FUCABERR no bairro Santa Cecília, Cantá - RR”, que teve como objetivo elaborar um projeto que buscasse valorizar a sede da FUCABERR como lugar de memória, identidade e resistência.

O projeto contou com a participação de estudantes que se articularam para desenvolver uma proposta capaz de responder de forma precisa às demandas apresentadas tanto pela FUCABERR quanto pela Associação de Moradores local. O objetivo central foi conceber um espaço que integrasse funcionalidade administrativa, valorização cultural e religiosa, promoção da interação comunitária e princípios de sustentabilidade ambiental, considerando a presença de uma área de preservação permanente no lote disponibilizado para implantação.

A partir da demanda apresentada pela FUCABERR e pela Associação de Moradores local, foi desenvolvido um estudo preliminar, bem como realizado o levantamento de referências projetuais, posteriormente organizadas em um portfólio para apresentação

à comunidade. Em seguida, elaborou-se uma volumetria digital do projeto, visando aprimorar a compreensão e a visualização do conjunto proposto.

Figura 10: Produtos da extensão – Sede FUCABERR



(Em ordem) Porfólio de estudo preliminar e referências projetuais; Estudos volumétricos; Maquete digital.
Fonte: os autores, 2025.

Além da sistematização dos estudos preliminares e da elaboração de uma maquete digital, foram desenvolvidas peças físicas destinadas à disposição sobre uma prancha em formato A0, contendo a plotagem do lote onde se daria a implantação do projeto. Esse material possibilitou, junto à comunidade, a realização de testes de posicionamento dos diferentes ambientes no terreno, com vistas à construção coletiva da solução mais adequada e ao melhor aproveitamento do espaço disponível.

Figura 11: Peças físicas para disposição



Fonte: os autores, 2025.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações de pesquisa e extensão desenvolvidas no âmbito do LEAC, por meio do GPAC, evidenciam o potencial da articulação entre ensino, pesquisa e extensão para o

reconhecimento das arquiteturas e territorialidades de povos e comunidades tradicionais no contexto nacional e, notadamente no amazônico. No âmbito da pesquisa, ao tomar as comunidades de terreiro de Boa Vista/RR como recorte central, o trabalho “Análise territorial dos terreiros de Boa Vista-RR em face do Direito à Cidade” possibilitou a identificação de desigualdades socioespaciais que incidem diretamente sobre esses territórios, especialmente no que se refere ao acesso a equipamentos públicos, às condições de mobilidade e caminhabilidade urbana e à inadequação de parâmetros urbanísticos que desconsideram tipologias construtivas dissociadas do cânone ocidental. Tais achados reforçam a necessidade de revisão crítica dos instrumentos de planejamento urbano, de modo a reconhecer os terreiros como territórios tradicionais dotados de especificidades culturais, simbólicas e funcionais, garantindo-lhes o Direito à Cidade.

No campo pedagógico e extensionista, as práticas desenvolvidas — como elaboração de maquetes físicas de arquiteturas tradicionais e estudos preliminares construídos em diálogo direto com as comunidades — demonstraram-se ferramentas eficazes de mediação e produção compartilhada de conhecimento. Essas ações contribuíram para tensionar as lacunas identificadas no Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UFRR, apontando para a incorporação de abordagens mais sensíveis às diversidades socioculturais amazônicas. Assim, o trabalho reafirma o papel da universidade pública na valorização de saberes tradicionais e na formação de arquitetos e urbanistas comprometidos com a construção de cidades mais justas, inclusivas e culturalmente plurais.

14

REFERÊNCIAS

BRILHANTE, Ariane; BRITO, Giovanna; IBIAPINA, Felipe; NASCIMENTO, Yuri. **Arquitetura tradicional na comunidade indígena Yanomami**. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Boletim de resumos: 18ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT 2024. Boa Vista, RR: UFRR, 2024. p. 37.

CALIARI, Fernanda; IBIAPINA, Felipe; QUEIROZ, Juliana. **Arquitetura tradicional: ribeirinhos da Amazônia**. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Boletim de resumos: 18ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT 2024. Boa Vista, RR: UFRR, 2024. p. 40.

GUERREIRO, Edvana; IBIAPINA, Felipe; SANTOS, Benicio; VONTOBEL, Cauê. **Arquitetura tradicional no Candomblé: o terreiro Ilê Axé Ogumjá**. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Boletim de resumos: 18ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT 2024. Boa Vista, RR: UFRR, 2024. p. 38.

GUTIERRE, Ivone; IBIAPINA, Felipe; SANTOS, Larissa; SILVA, Jhennifer. **Arquitetura tradicional indígena no Xingu: a casa/aldeia Yawalapiti**. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Boletim de resumos: 18ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT 2024. Boa Vista, RR: UFRR, 2024. p. 36.

IBGE. Município de Boa Vista (RR) – **Pesquisa “População residente que se declara indígena” (Censo 2022)**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rr/pesquisa/10101/96387>. Acesso em: 13 nov. 2025.

IBIAPINA, Felipe; NEVES, Adan; ROCHA, Karine. **Arquitetura tradicional: povos bantos no Quilombo dos Palmares**. In: UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. Boletim de resumos: 18ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT 2024. Boa Vista, RR: UFRR, 2024. p. 39.

LEAC. **Arquitetura tradicional Yawalapiti**. 24 Jul. 2024. Instagram: @leac.ufrr. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/C90x4RkuvrC/>>. Acesso em 25 nov. 2025. A

LEAC. **Arquitetura tradicional Yanomami**. 24 Jul. 2024. Instagram: @leac.ufrr. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/C9z4CLqOOy0/>>. Acesso em 25 nov. 2025. B

LEAC. **Arquitetura tradicional ribeirinha**. 24 Jul. 2024. Instagram: @leac.ufrr. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/C901H08uNyO/>>. Acesso em 25 nov. 2025. C

LEAC. **Arquitetura tradicional Bantu**. 24 Jul. 2024. Instagram: @leac.ufrr. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/C900Gi4uTMH/>>. Acesso em 25 nov. 2025. D

LEAC. **Arquitetura tradicional de terreiro**. 23 Jul. 2024. Instagram: @leac.ufrr. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/C9yO-CNuXCx/>>. Acesso em 25 nov. 2025. E

LODY, R. **O povo do santo: religião, história e cultura dos orixás, voduns, inquices e caboclos**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2006.

OLIVEIRA, M. (org). **Fé e resistência: religiões de matrizes africana e afro-brasileira em Boa Vista/RR**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

RIOS, Luís Felipe. **A cidade dos Adés: viajantes homossexuais e a reconfiguração do campo religioso afro-brasileiro em Recife/PE**. In: ORO, Ari Pedro; TADVALD, Marcelo (org.). Circuitos religiosos: pluralidade e interculturalidade. Porto Alegre: CirKula, 2014. p. 255-278.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA. **Projeto Pedagógico do Curso de Arquitetura e Urbanismo**. Boa Vista: UFRR, 2017.